

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.876 - RS (2019/0130634-1)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MADESOLA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E**  
**CALCADOS LTDA**  
**AGRAVANTE : LAERCIO SCHUCK**  
**ADVOGADOS : JOSUÉ ANTONIO DE MORAES - RS028448**  
**LUÍS ANTÔNIO MARONEZ - RS023601**  
**RAFAEL FOGAÇA - RS050798**  
**AGRAVADO : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS**  
**RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por LAERCIO SCHUCK e OUTRO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DA CDA. MULTA CONFISCATÓRIA. JUROS. TAXA SELIC. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL.

1. É válida a CDA que, preenchendo os requisitos legais, permite a identificação de todos os aspectos do débito, inclusive da forma de cálculo dos consectários moratórios.

2. A nulidade punitiva e dissuasória da multa justifica a sua fixação em percentuais elevados sem que com isso ela assuma natureza confiscatória.

3. É legítima a correção monetária do débito e a cobrança de juros pela Taxa SELIC.

4. É cabível a cobrança de juros, multa e correção monetária sobre os tributos inadimplidos, dado que são parcelas acessórias de natureza e com finalidades distintas.

5. A cessação da atividade sem que tenham sido adotadas as medidas tendentes à liquidação e consequente extinção da pessoa jurídica (arts. 1.036 e 1.102 a 1.112 do Código Civil) faz presumir a apropriação do patrimônio social pelo administrador em detrimento dos credores, sendo essa a causa para a sua responsabilização pessoal pelo pagamento dos débitos tributários (art. 135, III, do CTN).

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 2º, § 4º, Lei 6.830/80, no que concerne à autoridade administrativa competente para firmar a CDA, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Com efeito, em que pese os judiciosos argumentos despendidos na decisão ora hostilizada, considerando que efetivamente há infringência a dispositivos infraconstitucionais invocados, notadamente em relação a validade da CDA, pois considerando o que dispõe o art. 2º, § 4º da Lei 6.830/80 e art. 202 da Lei 5.172/66, observa-se que não foi seguido o que dispõe aquela legislação federal, razão pela qual deve ser reformada a decisão hostilizada, para efeitos de acolher a prefacial de nulidade da mesma, nos termos declinados (fl. 969).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 52, § 1º, do CDC; do art. 161, do CTN e art. 1º, do Decreto 22.323/33, no que concerne à revisão do *quantum* devido à título de juros e multa, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Por tais ponderações, Preclaros Julgadores, deverá ser reformada a decisão em tela, para efeitos de reconhecer a nulidade da CDA, por não atender ao que dispõe o artigo 2º, § 4º da Lei 6.830/80 e art. 202 da Lei 5.172/66; e sucessivamente, em sendo analisado o mérito, para escoimar do quantum devido, os valores ilegalmente estabelecidos a títulos de juros e multa, por infringência ao que estabelecem o artigo 52, parágrafo 1º, do Código de Defesa do Consumidor, art. 161, do CTN e artigo 1º do Decreto 22.326/33. (fls. 970).

Verifica-se, ademais, que igualmente há infringência ao que estabelece o artigo 161, do CTN e art. 1º do Decreto 22.326/33, pois, contrariamente ao entendimento exarado no Acórdão, considera-se que a forma de cobranças de juros seja ilegal, na medida em que utiliza a Taxa SELIC como indexador. (fls. 969).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice das Súmulas 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstra, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É

inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou que: “[a] argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

**Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente